Vara do Trabalho de Maracanaú - 4 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa;

Vara do Trabalho de Pacajus - 1 cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa;

Vara do Trabalho de Caucaia - 1 cargo de Auxiliar Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Apoio Serviços Diversos;

Sede do Tribunal - 5 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança; 2 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Transporte; 2 cargos de Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Copa.

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.2 As inscrições ficarão abertas no período de 10 a 16 de setembro de 2008, no horário do expediente.

2.3 A inscrição do candidato deverá ser feita mediante preenchimento do formulário de inscrição constante do Anexo destinado à Presidência deste Regional, observado o disposto no § 1º do Art. 4º do ATO TRT Nº 136/08, contendo o que segue abaixo:

- indicação das opções, em ordem de preferência, quando for o caso;
- ciência e manifestação do superior hierárquico imediato.

3 DA REMOÇÃO

3.1 A efetiva remoção do candidato somente se concretizará no caso de preenchimento do claro de lotação de sua unidade de origem, após a realização do concurso nacional de remoção pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

3.2 Caberá à chefia imediata elaborar e adotar a programação da remoção do servidor para a nova localidade no prazo máximo de trinta dias, contados do efetivo preenchimento do claro de lotação da unidade, visando evitar a descontinuidade do serviço.

3.3 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

PUBLIQUE-SE NO DOJT

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Presidente do Tribunal

TRIBUNAL

RESOLVEM OS DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO:

RESOLUÇÃO Nº 280, de 19.08.08 (Processo TRT nº 5429/2008) - "Por unanimidade, aprovar a proposição em todos os seus termos" (Proposição da Presidência no sentido de, considerando o disposto no art. 225 da Constituição Federal, bem como a recomendação nº 11 do Conselho Nacional de Justiça e, ainda, a recomendação expressa da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, consignada na Ata da Correição realizada neste Regional no período de 04 a 08 de agosto de 2008, constituir, no âmbito deste Regional, Comissão Permanente de Gestão Ambiental).

RESOLUÇÃO Nº 290, de 19.08.08 - (Processo TRT nº 184/2008) - "Por unanimidade, conhecer do recurso, por tempestivo, mas para lhe negar provimento" ("Trata-se de recurso inominado, manejado pelo servidor integrante do quadro deste Regional, SEBASTIÃO DE AZEVEDO RIOS ALVES, irressignado com o despacho de fls. 13/15, por meio do qual a Ex.^{ma} Sr.^a Desembargadora Dulcina de Holanda Palhano, então na condição de Presidente desta Corte, houve por bem indeferir o pedido de ressarcimento de despesas médicas, formulado pelo recorrente").

PRESIDÊNCIA

ATO Nº 127/2008

ALTERAÇÃO DE APOSENTADORIA

1.Nome da inativa: MARIA FELIPE DE SOUZA DA SILVA;
2.Cargo: Analista Judiciário, Classe C, Padrão 15, do Quadro Permanente deste Tribunal;
3.Objeto da alteração: substituição da parcela relativa à opção pela remuneração do cargo efetivo, prevista no art. 18, § 2º, inciso I, da Lei nº 11.416/2006;
4.Fundamento legal da alteração: art. 193 da Lei nº 8.112/90 c/c o item 9.3.1 do Acórdão nº 2.076/2005 - TCU - Plenário, e deliberação deste Tribunal em sessão de 24.06.08 (Resolução nº 219/08, publicada no DOJT/7ª de 09.07.08 - Processo TRT nº 5.520/07);
5.Concessão objeto da alteração: Ato nº 99/05 da Presidência, publicado no DOJT/7ª de 02.05.05;
6.Arbitro à inativa em causa, a contar de 14.09.07 (data em que a servidora requereu a revisão de sua aposentadoria), os proventos abaixo discriminados:
a) Proventos (ANC.15).....R\$ 5.885,94
b) Gratif. de Ativ. Judic.-GAJ.....R\$ 2.295,52
c) Gratificação Adicional
por Tempo de Serviço (31%).....R\$ 1.824,64
d) V.P.I - Lei 10.698/2003.....R\$ 59,87
e) Opção p/cargo efetivo.....R\$ 1.562,48
f) V.P.N.I.-4/10
(Ch.Audiência-FC.04).....R\$ 1.193,76
g) 6/10(Ch.Audiência - FC.04).....R\$ 1.790,64
TOTAL.....R\$ 14.612,85
Publique-se no D. O. da Justiça do Trabalho da 7ª Região eletrônico.

Fortaleza, 21 de agosto de 2008.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Desembargador Presidente

PORTARIA Nº 1065, de 05 de setembro de 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Tabela de Diárias vigente a partir de 16.10.95, o artigo 58, parágrafo 1º da Lei nº 8.112/90, a Portaria nº 653/94, o artigo 22, parágrafo 8º, da Lei nº 8.460/92, alterado pela Lei nº 9.527/97, o Decreto nº 5992/06 e o parágrafo único do artigo 12 do Ato nº 27/05, tendo em vista o ofício nº 974/2008, da Vara do Trabalho de Crateús,

R E S O L V E

conceder à Analista Judiciária - Área Judiciária - Execução de Mandados, do Quadro Permanente deste Tribunal, VANESSA MELO MOREIRA DE DEUS, 9 (nove) diárias ½ (meia), no valor unitário de R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais), para viajar a Crateús-CE, nos períodos de 8 a 12 e 15 a 19 de setembro de 2008, a fim de dar cumprimento ao elevado número de mandados judiciais existentes naquela Vara Trabalhista, tendo em vista o afastamento do servidor Antonio Mauro Rodrigues Soares, por motivo de licença para atividade política.

Faça-se o expediente necessário e organize-se a folha de pagamento correspondente 9 (nove) diárias ½ (meia), relativas ao período de 8 a 12 e 15 a 19 de setembro de 2008.

JOSÉ ANTONIO PARENTE DA SILVA

Presidente do Tribunal

PORTARIA Nº 1066, de 05 de setembro de 2008

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 15, parágrafo 4º, da Lei nº 8.112/90,